

Economia e ética religiosa: afinidades eletivas entre a Ética da Libertação e a Economia Solidária

Josué de Souza*
Valmor Schiochet**

Resumo

O presente artigo é parte da tese realizada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Objetiva compreender a influência da ética religiosa em relação ao espírito da economia solidária. Especificamente procura sistematizar as contribuições teóricas sobre a relação entre religião e economia; identificar as características e os princípios normativos da economia solidária; analisar as contribuições da ética da libertação para a crítica do capitalismo na América Latina; relacionar as afinidades entre a ética religiosa de libertação e a economia solidária. Do ponto de vista empírico é uma análise de textos e documentos pertencentes à chamada Teologia da Libertação e dos escritos do economista Paul Singer.

Palavras-chave: economia solidária; teologia da libertação; desenvolvimento; afinidades eletivas; socialismo democrático.

* Possui graduação em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2010), mestrado em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2013) e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2022). Atualmente é professor de sociologia - Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e professor substituto da Fundação Universidade Regional de Blumenau. profjosuedesouza@gmail.com .

** Possui graduação em Estudos Sociais pela Fundação Educacional de Brusque (1984), mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988), Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau desde 1987 no Departamento de Ciências Sociais e Filosofia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. valmor@furb.br .

Economics and religious ethics: elective affinities between the Ethics of Liberation and Solidarity Economy

Abstract

This article is part of the research carried out in the Graduate Program in Regional Development at the Regional University of Blumenau. It aims to understand the influence of religious ethics to the spirit of solidarity economy. Specifically, it seeks to systematize the theoretical contributions on the relationship between religion and economy; identify the characteristics and normative principles of the solidary economy; analyze the contributions of the ethics of liberation to the critique of capitalism in Latin America; relate the affinities between the religious ethics of liberation and the solidary economy. From an empirical point of view, it is an analysis of texts and documents belonging to the so-called Liberation Theology and the writings of the economist Paul Singer.

Keywords: solidary economy; liberation theology; development; elective affinities; democratic socialismo.

Economía y ética religiosa: afinidades electivas entre la Ética de la Liberación y la Economía Solidaria

Resumen

Este artículo es parte de la investigación realizada en el Programa de Posgrado en Desarrollo Regional de la Universidad Regional de Blumenau. Su objetivo es comprender la influencia de la ética religiosa en relación con el espíritu de la economía solidaria. Específicamente, busca sistematizar los aportes teóricos sobre la relación entre religión y economía; identificar las características y principios normativos de la economía solidaria; analizar los aportes de la ética de la liberación a la crítica del capitalismo en América Latina; relacionar las afinidades entre la ética religiosa de la liberación y la economía solidaria. Desde un punto de vista empírico, se trata de un análisis de textos y documentos pertenecientes a la llamada Teología de la Liberación y de los escritos del economista Paul Singer.

Palabras-Clave: economía solidaria; teología de la Liberación; desarrollo; afinidades electivas; socialismo democrático.

Introdução

Este trabalho é parte da tese apresentada para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau. Apresentamos as afinidades eletivas existentes entre o Cristianismo da Libertação e as propostas de Economia Solidária. O ressurgimento da Economia Solidária no Brasil é apontado por Singer (2003) como um fenômeno localizado entre as décadas de 1980 e metade dos anos 1990.

É o período em que o processo de globalização começou a ser sentido no país, assim como os impactos da terceira reforma industrial. Ao longo desse período, o Brasil também foi palco do processo de redemocratização e viveu um momento de efervescência dos novos movimentos sociais.

Como forma de reação à crise, a Cáritas, instituição humanitária ligada à Igreja Católica Apostólica Romana (Icar), começou a organizar desempregados para a fabricação de sapatos em São Paulo, SP, como forma de gerar emprego e renda. No Brasil, a ação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos anos de 1980, foi impulsionada pelo Cristianismo da Libertação, um movimento religioso que surgiu no interior das igrejas cristãs brasileiras e serve de base teológica e ideológica para os movimentos sociais de luta contra o estado autoritário e as propostas de radicalização do capitalismo hegemônico global.

Do ponto de vista empírico, realizamos uma análise documental dos documentos da Campanha da Fraternidade de 2010. A referida Campanha teve como tema “Economia e vida: vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). A utilização desta técnica teve o objetivo de revelar o conteúdo manifesto nos textos e nos livros publicados por teólogos e intelectuais da Teologia da Libertação. Perseguimos a tarefa de encontrar as afinidades eletivas entre a Economia Solidária e a Teologia da Libertação. Como desafios específicos, propusemo-nos a: a) sistematizar as contribuições teóricas sobre a relação entre religião e economia; b) identificar as características e os princípios normativos da Economia Solidária; c) analisar as contribuições da ética da libertação para a crítica do capitalismo na América Latina; e d) relacionar as afinidades entre a ética religiosa de libertação e a Economia Solidária.

. Cumpre-nos esclarecer que os textos foram selecionados por fazerem parte do conjunto de textos, cartilhas e da literatura em geral produzida e utilizada pela Campanha da Fraternidade 2010, com o objetivo de subsidiar e servir de apoio às atividades de mobilização. A análise documental buscou encontrar afinidades eletivas entre os textos produzidos e os escritos do professor Paul Singer, a fim de apontar eventual parentesco de espírito entre a Ética da Libertação e a chamada Economia Solidária.

Os documentos utilizados na análise foram os seguintes:

Quadro 1 – Documentos utilizados na análise

Obra
CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Economia solidária : outra economia a serviço da vida acontece. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbess.pdf . Acesso em: 20 mar. 2020.
VAN ZEELAND. Economia solidária e desenvolvimento transformador : diaconia por mudanças significativas e duradouras. São Leopoldo: Oikos, 2014.
FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. Diaconia em contexto : transformação, reconciliação, empoderamento. Porto Alegre: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 2012. Disponível em: https://www.luteranos.com.br/textos/diaconia-em-contexto-transformacao-reconciliacao-empoderamento . Acesso em: 20 mar. 2020.
CÁRITAS BRASILEIRA. Articulação territorial no campo e na Economia Solidária . Brasília: Cáritas, 2015. Disponível em: https://issuu.com/caritasne2/docs/articula_o_territorial_-_econom . Acesos em: 20 mar. 2020.

Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo Hauser (1978), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que, de forma sistemática, analisa documentos, livros, jornais, periódicos, discursos e sermões. Já May (2004) aponta que um documento não pode ser lido de forma desligada, sem ser incluído no contexto social em que circula e foi produzido, a fim de que se possa compreender as inclusões e exclusões de conteúdo nele existentes.

Assim, é importante destacar que buscamos compreender eventuais afinidades eletivas entre a ética de libertação presente na Teologia da Libertação e a Economia Solidária enquanto experiência de organização econômica crítica e alternativa ao capitalismo na América Latina. Como também identificar as afinidades eletivas entre os textos religiosos e os escritos econômicos sobre Economia Solidária do economista brasileiro Paul Singer.

Max Weber e as afinidades eletivas entre as esferas econômicas e religiosas

Segundo o sociólogo alemão Max Weber, a religião sempre foi uma das mais importantes influências formativas da conduta do indivíduo. Em sua obra mais conhecida, *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*, o autor busca mostrar como acontece a conexão do espírito da moderna vida econômica

com a ética racional da ascese protestante. O autor parte do princípio de que, diferentemente do que parece à primeira vista, a Reforma Protestante não implicou na eliminação da religião na vida prática do indivíduo. Pelo contrário, produziu uma substituição na forma de controle da religião. Ela consistiu na troca do modelo de dominação religiosa. Substituiu um modelo de pouca influência na conduta do indivíduo para um modelo de forte influência nas condutas e práticas cotidianas. Alterando o comportamento econômico individual, a vontade divina transforma-se em vontade cotidiana.

Nas palavras do autor:

A Reforma significou não tanto a *eliminação* da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de sua forma vigente por uma *outra*. E a substituição de uma dominação extremamente cômoda, que na época mal se fazia sentir na prática, quase só formal muitas vezes, por uma regulamentação levada a sério e infinitamente incômoda da conduta de vida como um todo, que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública, até os limites do concebível. (WEBER, 2004, p. 30, grifos do autor).

Para compreender a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo, Max Weber utiliza o conceito de *afinidade eletiva*. Michel Löwi (2020c) faz uma arqueologia do termo até chegar ao uso de afinidades eletivas por Max Weber. O conceito surgiu com a alquimia e foi incorporado no pensamento alemão por Goethe. No caminho de afinamento do conceito, autores como Alberto, o Grande, Goethe e o próprio Max Weber participaram do processo. Na obra do romancista alemão, há um sentido no uso do termo que remete ao reconhecimento entre dois elementos que gera um *vínculo de almas*. Já nos escritos do sociólogo, afinidade eletiva é utilizada para comparar elementos de duas esferas díspares, mas que atuam com afinidades de comportamento.

Nas palavras de Löwy (2020, p. 16):

A afinidade eletiva articula estruturas socioculturais (econômicas e/ou religiosas) sem que haja formação de uma substância nova ou modificação essencial dos componentes iniciais – mesmo se a interação tem consequências eficazes, particularmente ao reforçar a lógica própria de cada figura.

Löwy (2020) aponta também quatro diferentes níveis de afinidades eletivas, a saber:

- Afinidade pura ou o parentesco espiritual: há nos comportamentos analisados uma relação íntima de afinidade;
- Eleição: uma atração de reciprocidade e convergência nas estruturas estudadas;
- Articulação e combinação: uma espécie de simbiose cultural;
- Criação de uma figura nova a partir da fusão dos elementos constitutivos.

O autor também aponta para características que não podem ser definidas como afinidades eletivas, que para ele não são sinônimo de influência e, da mesma forma, não podem ser confundidas com parentesco ideológico. Segundo Löwy (2020), a fusão entre dois elementos não depende de causalidade direta, nem mesmo de forma e conteúdo.

Ética da Libertação e o anticapitalismo católico

Michel Löwi, em sua obra *Jaula de Aço* (2014), aponta a ausência de um estudo sistemático, na obra de Max Weber, relacionando o catolicismo e a esfera econômica. Durante toda a sua obra, o autor alemão estudou o confucionismo, o hinduísmo, o judaísmo e o islamismo com o objetivo de identificar traços favoráveis entre estas tradições e a emergência do capitalismo. Porém, não escreveu sistematicamente sobre a relação entre catolicismo e a sociedade capitalista. Mesmo que esta tradição do cristianismo tivesse forte presença na Alemanha e na própria Europa.

Segundo Löwi (2014), as características do próprio catolicismo teriam levado Max Weber a compreender que existem poucas afinidades eletivas entre o catolicismo e o capitalismo. Acontece, na verdade, um fenômeno inverso ao da *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. A primeira afinidade negativa seria a ausência de magia no ritual religioso. Além dessa característica, há também na ética católica resistências ao caráter impessoal do capitalismo. Uma espécie de antipatia cultural. As críticas do catolicismo se dirigem ao excesso de liberalismo, assim como aos juros e às consequências degradantes próprio modelo de desenvolvimento.

Nas palavras do autor:

No conjunto dessas passagens, sob formas diversas, mas convergentes, ele [Weber] dá a entender que existe, na ética católica, uma aversão essencial e insuperável contra o espírito do capitalismo e até, em certa medida, uma forma de “anticapitalismo”. Poderíamos evocar uma espécie de antipatia cultural – no velho sentido alquímico da palavra: “falta de afinidade entre duas

substâncias”. Em outras palavras, estamos em presença de uma inversão da afinidade eletiva (*Wahlverwandschaft*) entre certas formas da ética protestante e o espírito do capitalismo; existiria, entre a ética católica e o capitalismo, uma espécie de afinidade negativa, termo utilizado aqui no sentido que o próprio Weber lhe confere quando evoca os “privilégios negativos” das comunidades de párias. (LÖWY, 2014, p. 83).

Löwy (2014) defende ainda que, durante séculos, a tradição romana enxergou nos empobrecidos a visão encarnada de Cristo, apregoando que estes deveriam ser alvo de caridade. O autor aponta também que, historicamente, a Icar abrigou e foi beneficiada por movimentos e doutrinas que questionavam a ordem econômica burguesa, o que não significa que o Catolicismo teria facilidade de estabelecer alianças com forças de esquerda. Na luta contra as ideologias de esquerda, historicamente, a Icar se torna aliada das forças burguesas.

Por isso o autor enfatiza o paradoxo da existência histórica de uma Igreja progressista na América Latina. É paradoxal porque, no século XIX, ao perceber a irreversibilidade do triunfo do Estado liberal, a Igreja Católica buscou estrategicamente se aproximar de valores da sociedade burguesa.

Nessa concepção de cristianismo, a salvação e a transformação política não acontecem de forma individual, mas de forma coletiva e comunitária. Os historiadores e pensadores da Teologia da Libertação apontam que essa compreensão ampliada do Reino de Deus começa com a alteração de cenário, tanto na Europa como na América Latina e no Caribe, desde os anos 1950. Sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Souza:

Em meados do século passado, a Igreja Católica se via diante de um verdadeiro dilema: o que propor diante das contradições sociais, por um lado, do capitalismo liberal, já capitaneado pelos Estados Unidos, e, por outro, do socialismo de Estado, liderado pela então União Soviética. Diante desses dois mundos rejeitados pela Igreja, se pensava e falava num caminho alternativo. Pregava-se a valorização da pessoa humana, que supostamente teria sido subtraída em ambos os sistemas de produção econômica e social. A dignidade da pessoa era algo a ser resgatado, conforme conclamavam os principais documentos da Igreja (Souza 2013, p. 39).

Segundo o autor, o evento foi marcado pela reivindicação de teólogos latino-americanos presentes de “[...] uma teologia da revolução como uma das prioridades da vida das igrejas naquele momento da história” (SOUZA, 2013, p. 79).

Souza (2013) aponta que a Cáritas chama esta fase de compreensão acerca da caridade de “caridade libertadora”, cujo marco é o ano de 1986. Nas palavras do autor:

O terceiro modelo da Cáritas, a caridade libertadora, tem um marco inicial no Congresso Latino-Americano da entidade, ocorrido em Santo Domingo, República Dominicana, em 1986. Sua definição está num livro considerado importante na trajetória da Cáritas, *Mística e metodologia da caridade libertadora* (1991), que é resultado de três encontros nacionais promovidos por ela em 1990. A caridade libertadora se baseia numa outra “mística e espiritualidade” cristã, já totalmente imbuída pelas ideias e valores da Teologia da Libertação. Ela decorre do amadurecimento do sentido da ação social dos agentes Cáritas em um trabalho articulado com as demais pastorais sociais, agora harmonizadas numa mesma referência transcendental. Nesta terceira concepção de caridade desenvolvida pela Cáritas foi assimilada a noção de dialética da sociedade, com nítida influência marxista. A partir dessa chave interpretativa, o grande mal social se traduz inequivocamente em pobreza, cujas causas são concretas, bem conhecidas e precisam ser enfrentadas. A pobreza é fruto das estruturas de exploração culturais e, sobretudo, econômicas, com as quais é preciso romper para que uma real transformação da sociedade ocorra (SOUZA, 2013, p. 92).

É flagrante aqui o processo de racionalização e secularização do conceito de caridade. Antes vista como uma característica transitória e consequente da sociedade, agora é desnaturalizada e apontada como um elemento fundante da sociedade capitalista. Essa concepção é o princípio elementar do qual surgirá, futuramente, uma forma de organização econômica horizontal e solidária.

A utopia de Singer e a Economia Solidária

Paul Singer defende que a Economia Solidária é herdeira direta da luta anticapitalista. Uma forma que trabalhadores já excluídos do jogo econômico (ou aqueles que não querem ser excluídos do modo capitalista de produção) encontraram para se organizar e produzir de forma coletiva e solidária. Trata-se de um projeto que, acontece em inúmeros países, o qual, “[...] há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando” (SINGER, 2003, p. 14).

Valores que se encontram em flagrante oposição ao modelo capitalista de desenvolvimento. Paul Singer aponta que, no capitalismo, os modos e

meios de produção são apropriados privadamente e concentrados na mão de uma minoria, portanto, aos trabalhadores, resta apenas a posse de sua capacidade individual de trabalho. Essas características também farão com que os empreendimentos de Economia Solidária tenham uma característica diferente de um empreendimento de cunho capitalista. Enquanto em uma empresa capitalista, por conta da competição, há diferença entre os salários dos gestores e dos trabalhadores, nos empreendimentos solidários os sócios não recebem salários, mas sim fazem retiradas, cujo valor e a periodicidade são definidos de forma democrática e em assembleia. As diferenças, portanto, são inexistentes ou muito pequenas (SINGER, 2002).

Nas palavras de Singer (2003, p. 13):

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado.

Nas empresas capitalistas, o objetivo é o lucro do empreendimento; já nas solidárias, os empreendimentos visam diminuir as desigualdades. As tomadas de decisão e as ações de comandos também são antagônicas. Nas primeiras, as decisões cabem ao proprietário ou a um gestor dirigente; e nas segundas, às assembleias e aos mecanismos de participação que fazem parte da dinâmica da gestão. Segundo Singer (2002, p. 20) “[...] muitas cooperativas que têm êxito econômico praticam a autogestão, pois seus sócios fazem questão dela pelos motivos certos: porque gostam de participar e se realizam na luta por um outro modo de produção”.

Já Schiochet (2018) defende que a Economia Solidária é uma economia que acontece na sociedade civil, autônoma e orgânica. Aponta que, apesar de Paul Singer advogar a necessidade da existência de políticas públicas que incentivem os empreendimentos solidários, o autor era radical quanto a necessidade de manutenção da autogestão e da autonomia dos trabalhadores:

Para Singer a Economia Solidária era uma economia da sociedade civil, uma economia das trabalhadoras e dos trabalhadores, uma economia das comunidades. Esta era a Economia Solidária autêntica, pois resultado da livre adesão das sócias e dos sócios. Esta economia deveria ser apoiada pelo Estado. Em muitas vezes, utilizava a expressão “ajudada” pelo Estado. Toda economia solidária cuja origem era motivada pela ação direta do Estado era vista pelo Professor como uma “maneira artificial” de criar economia solidária. (SCHIOCHET, 2018, p. 57).

Em uma definição objetiva, a “[...] Economia Solidária é um ensaio de uma economia oposta ao capitalismo” (SINGER, 2018, p. 64). Sua racionalidade consiste em defender o oposto dos valores que sustentam a racionalidade moderna capitalista. Cooperação no lugar de competição, propriedade coletiva no lugar da propriedade privada. Democratização da ciência e do conhecimento no lugar do monopólio. E cuidado com os considerados perdedores no lugar de privilegiar os vencedores.

Afinidades entre a Ética da Libertação e Economia Solidária

A Campanha da Fraternidade começa nos anos 1960, em pleno regime de exceção, por iniciativa de padres do interior do Brasil. O objetivo inicial era arrecadar fundos para a caridade. Com o sucesso, a Campanha é incorporada pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e pela Cáritas e passa a ser importante ferramenta de influência católica na opinião pública nacional. Acompanhando o processo de secularização da concepção de caridade, no ano de 2010, a temática da Campanha da Fraternidade foi “Economia e Vida: vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). A Campanha também ficou marcada por ser organizada pelo Conic e possuir um caráter ecumênico.

A Campanha da Fraternidade de 2010 teve como característica marcante o fato de ser ecumênica e foi promovida pelo Conic. Fundado em 1982, o Conic – como o próprio documento sugere –, foi e ainda se apresenta como uma Associação fraterna entre Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e salvador. Segundo o próprio documento: “Sua missão é servir às igrejas cristãs no Brasil, na vivência da comunhão em Cristo, na defesa da integridade da criação, promovendo a justiça e a paz para a glória de Deus” (CONIC; FBES, 2010, p. 3).

Ao analisar os documentos da Campanha da Fraternidade é possível afirmar que eles fazem parte do universo cultural do que chamamos de

Cristianismo da Libertação. Essa concepção teológica carrega uma crítica ao modo capitalista de desenvolvimento, apontando que, como fator organizativo da vida, o capitalismo transforma tudo em mercadoria. Os documentos analisados revelam também elementos que nos autorizam apontar afinidades eletivas entre a Teologia da Libertação e a Economia Solidária.

Na verdade, o que faz a Ética da Libertação é propor uma teologia secular. Compreendendo aqui que secularização é um dos elementos do processo de racionalização da sociedade. A secularização, assim como a racionalização, realiza-se de forma disforme e não linear, sendo perpassada uma série de fatores, os quais podem ser realizados a partir de ações sociais no nível micro e também de diversas relações no nível macro. O processo de secularização abriga em seu interior o processo de racionalização e o processo de desencantamento do mundo (SELL, 2015).

Ao olhar para os textos sagrados, os autores da Ética da Libertação propõem uma leitura que desnuda a magia do cotidiano, tecendo críticas a um modelo de desenvolvimento que é guiado pela produção e pelo consumo de mercadoria, bem como por uma ação instrumental no que diz respeito aos seus fins. Um exemplo disso é dado por Zeeland (2014, p. 51):

Jesus Cristo, que sempre buscou igualdade social para transformar a vida das pessoas. Segundo eles no sentido de contribuir para a construção de cidadania daquelas em situação de pobreza e violações diversas, pela defesa de direitos, pela superação das injustiças e violências e pela promoção do desenvolvimento transformador. A partir desta reflexão não se pode falar em justiça social sem ponderar as injustiças vividas e afirmadas no contexto econômico. Este contexto é marcado pela exploração das pessoas e do meio ambiente, para o enriquecimento de pouquíssimas pessoas. Ao mesmo tempo numa sociedade que motiva e coage as pessoas a entregarem seus corpos e seus dias na luta pelo consumo desenfreado e supérfluo. A diaconia compreende que a economia só pode ser justa se brotar da solidariedade e da justiça, das relações justas de gênero. Isso porque o objetivo econômico, do dinheiro, é para que as pessoas possam ter acesso à justiça e à vida digna (João 10,10) (VAN ZEELAND, 2014, p. 51).

A literatura analisada também aponta para o comportamento do fiel perante a economia. Há uma série de normas e orientações bastante incisivas em todos os documentos. As cartilhas, por exemplo, parecem apontar para um modelo ético do fiel. Já nos textos publicados pelo *ramo luterano* da Campanha, essa ética é traduzida como diaconia, que, segundo o texto *Diaconia em contexto*:

transformação, reconciliação (FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, 2012), constitui uma prática religiosa voltada para ação.

Esse conceito estaria voltado à leitura dos textos sagrados a partir dos fenômenos de sofrimento e opressão característicos da realidade social contemporânea:

Como ação baseada na fé, a diaconia conecta a leitura do contexto com a leitura da Escritura Sagrada. Histórias de sofrimento e opressão, da realidade contemporânea, podem ser elucidadas e melhor entendidas por histórias semelhantes da Bíblia. Mas, além disso, o testemunho bíblico nos lembra do amor e do cuidado incondicionais de Deus para com as pessoas sofridas e marginalizadas e da promessa divina de futuro e esperança (FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL, 2012, p. 13).

O conceito de diaconia também é tratado na obra *Economia Solidária e desenvolvimento transformador: diaconia por mudanças significativas e duradouras*. Sua referência é o conceito de Economia Solidária. Nesta obra, diaconia é definida como um “[...] exemplo de Jesus Cristo, que sempre buscou igualdade social para transformar a vida das pessoas” (VAN ZEELAND, 2014, p. 7). Segundo o texto, essa atuação deve visar contribuir com a construção da cidadania de pessoas que estão em situação de pobreza e exclusão.

Esse comportamento ético-normativo também está presente nos textos mais próximos ao catolicismo. Na cartilha oficial da Campanha da Fraternidade, o comportamento é ensinado a partir da atuação individual do fiel e de sua participação em movimentos sociais e organizações comunitárias. “De que maneira contribuo para o bem viver na minha casa, no meu bairro, na minha cidade e em todos outros espaços em que me faço presente, vivo e participo?” (CONIC; FBES, 2010, p. 6).

Há aqui uma clara conversão teológica em favor da Ética da Liberação como critério para orientar a prática econômica solidária. Nos documentos também se encontra uma perspectiva crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista. No documento do Conic (2009), por exemplo, há uma definição de bem comum, que consiste em um conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral de suas próprias personalidades. O documento também defende que as decisões econômicas não devem ser tomadas somente por ações sociais relativas a determinados fins, como acontece no capitalismo, mas sim por ações sociais relativas a valores. No caso, aqui, valores éticos e religiosos.

Segundo o texto, o objetivo da economia deve ser criar as condições de segurança e oportunidade para todos, sobretudo para os mais pobres. Do mesmo modo, defende-se que as políticas econômicas devem ser julgadas conforme a proteção que oferecem aos mais pobres e o nível de dignidade humana que permitem às suas populações.

Nas palavras dos autores:

A economia não é uma estrutura autônoma. Ela faz parte das prioridades políticas. As políticas econômicas e as instituições devem ser julgadas pela maneira delas protegerem ou minarem a vida e a dignidade da pessoa humana, sustentarem ou não as famílias e servirem ao bem comum de toda a sociedade. A sociedade, incluindo a ação governamental, tem a obrigação moral de garantir oportunidades iguais, satisfazer as necessidades básicas das pessoas, e buscar a justiça na vida econômica (CONIC, 2009, p. 21).

O texto aprofunda a crítica ao afirmar que a economia política moderna assenta seus interesses sobre os pilares do interesse individual e de uma falsa ética utilitária. De um lado, portanto, estão os consumidores, que procuram satisfazer desejos e atender a preferências e interesses individuais. O documento defende a construção de uma ação econômica que tenha suas bases éticas fundadas em valores coletivos, nestes termos:

Do outro lado ficam os empreendedores e agentes financeiros, que buscam a maximização do lucro. A produção de mercadorias, sua lógica de venda e consumo deu origem à sociedade capitalista, onde predomina o aspecto financeiro. Uma importante parcela da moderna economia capitalista é meramente virtual, decorrente de vultosas movimentações financeiras, não gera bens e produtos em benefício da sociedade, servindo apenas para o enriquecimento de uns poucos com o fruto da especulação financeira. O ciclo completo da moderna economia política é um mundo autossuficiente, fechado a qualquer consideração ética sobre a vida e a conservação da natureza, sobre a justiça e a esperança humana. Valores éticos não são considerados nesta ciência que visa a qualquer custo o lucro. A evolução da história, a miséria em que vive grande parte da humanidade, põem em questão o rigor e a seriedade dessa ciência e a bondade das políticas econômicas voltadas mais para o crescimento e a acumulação da riqueza do que para um verdadeiro desenvolvimento (CONIC, 2009, p. 40).

Defesa similar é realizada pela CNBB, que assevera que a economia deveria atuar para o conjunto da população, e não somente para uma minoria de capitalistas:

É disso que estamos falando: a economia pode ser geradora de igualdades, desde que seja orientada pela justiça social que significa a partilha justa dos bens e recursos para satisfazer as necessidades de todos/as, e não de alguns. Antes de avançar nesse assunto, vamos compreender por que é urgente e necessário construir outra economia e o que fazer para que isso seja de fato realidade (CONIC; FBES, 2010, p. 10).

O documento da CNBB aponta que, sob o capitalismo, a maioria das pessoas possuem apenas sua força de trabalho como única mercadoria para vender no mercado. Critica a falta de liberdade para o trabalhador vender sua força de trabalho, uma vez que esta é sua única possibilidade de sobrevivência:

Além disso, quem não tem bens e recursos tem que vender a sua capacidade de trabalhar para gerar riquezas. Por isso, a maior parte das pessoas possui apenas a própria força de TRABALHO, que é vendida para quem já tem bens e riquezas acumuladas (o CAPITAL), em troca de um salário. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as não consegue satisfazer suas necessidades fundamentais com a renda obtida no trabalho. O pior é que nem sempre há como exercer essa “liberdade” ou necessidade de vender a força de trabalho. Com isso, o desemprego significa a condenação à miséria para milhões de pessoas (CONIC; FBES, 2010, p. 10).

Os argumentos acima possuem afinidade eletiva com o texto de Singer (1998) *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. Nessa obra, o economista defende que, no capitalismo, um dos dilemas dos trabalhadores é a inclusão compulsória na relação capital *versus* trabalho. Sobretudo porque, nesse modelo de desenvolvimento, o trabalho também se transformou em um privilégio.

Nas palavras do autor:

Existem duas razões para o dilema entre liberdade de escolha e integração social. Primeiramente, liberdade de escolha abarca o direito de autoexclusão. Ninguém deveria ser obrigado à integração social compulsória. Onde a escassez está presente, é compreensível que as regras sociais prevaletentes imponham a todos a obrigação de participar do processo de produção social: “quem não trabalha não come”. Todavia, nas atuais sociedades desenvolvidas, a escassez foi em larga medida superada. O trabalho ao invés de um dever transformou-se em direito, e como ele não pode ser garantido a todos, tornou-se um privilégio (SINGER, 1998, p. 12).

Nesse sentido, na leitura dos documentos religiosos, a desigualdade é fruto de um sistema econômico orientado para a concentração de riquezas nas

mãos dos donos do capital. No documento publicado pela CNBB, a causa das crises econômicas é creditada ao modelo de capitalismo monopolista:

Na realidade, essa concepção de desenvolvimento está em crise! A promessa do futuro foi realizada em alguns países e para apenas uma parte das pessoas. Os indicadores econômicos e sociais marcam as fronteiras da pobreza e da riqueza entre continentes, países e suas populações. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que tem por base o aumento constante da rentabilidade econômica e da competitividade nos mercados, desprezando os aspectos sociais e ambientais, o que faz prevalecer na sociedade as práticas de competição, dominação, corrupção, acumulação, individualismo, fragmentação, exploração, submissão, etc (CONIC; FBES, 2010, p. 12).

Há também nos materiais da Campanha da Fraternidade 2010 uma forte defesa do meio ambiente. Os documentos, de forma em geral, criticam o caráter predatório do capitalismo em relação à natureza. A cartilha do Conic (2009), por exemplo, faz a defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário. Segundo o documento, o processo de degradação ambiental acontece por conta da centralidade do mercado e pela ganância:

Pela ganância, multidões adoecem e sobrevivem na indigência. A grande melodia do universo vem sendo sistematicamente rompida. Aprofundam-se a cada ano os sinais de devastação. A humanidade, com seu ritmo de devastação, está consumindo mais do que o planeta pode oferecer. Isso significa que demos início a um processo de autodestruição (CONIC, 2009, p. 25).

A mesma defesa também é presente no texto da CNBB, que defende a necessidade de se resgatar, na economia, valores como diversidade cultural, respeito ao meio ambiente, autodeterminação dos povos, igualdade de gênero, raça e etnia:

[...] o desenvolvimento para ser sustentável tem que ser orientado pela conquista de novos direitos: de acesso e usufruto de um ambiente saudável, da diversidade cultural, da autodeterminação dos povos e de igualdade de gênero, raça e etnia. A qualidade de vida passa a ser compreendida como o direito a uma vida digna, à realização das aspirações e das capacidades de todas as pessoas (CONIC, 2009, p. 25).

O documento defende também a ideia de que o desenvolvimento deve valorizar as iniciativas econômicas solidárias, com base no associativismo,

na cooperação e em forma de redes. Essas críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento encontram afinidades eletivas com Singer (2002) e sua concepção de que a desigualdade econômica tem por causa a competição e o individualismo:

Eis os argumentos:

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Já Van Zeeland (2014), ao defender as propostas de desenvolvimento de 130 organizações cristãs ligadas à Fundação Luterana de Desenvolvimento (FLD), aponta que o modelo defendido pela instituição tem como valores a participação, a igualdade de gênero, os direitos humanos, entre outros, nestes termos:

No desenvolvimento transformador, os seguintes conceitos são centrais: participação, empoderamento, desenvolvimento de capacidades, não discriminação, equidade de gênero, sensibilidade cultural e espiritual, reafirmação de direitos humanos e a abordagem baseada em direitos, incidência em políticas públicas, promoção de paz e estratégias de reconciliação pertinentes ao contexto, comunicação efetiva, sensibilização e promoção de mudanças do padrão de consumo e sustentabilidade ambiental, respeitando e aprendendo com os saberes e práticas locais (VAN ZEELAND, 2014, p. 7).

Esses valores possuem afinidades eletivas com os princípios advogados por Singer (2002) na obra *Introdução à Economia Solidária*, na qual o economista ensina que, nas experiências de Economia Solidária, as práticas devem ser democráticas, com preponderância das práticas locais, de empoderamento e igualdade gênero. São argumentos que se aproximam da defesa de diaconia feita por Van Zeeland:

O objetivo não é o acúmulo de bens (Mateus 6,19-21), mas a partilha igualitária para todas as pessoas. Da mesma forma que algumas pessoas tiveram

mais oportunidades de acesso a recursos, estas precisam assumir para si a responsabilidade da solidariedade de partilhar com as outras pessoas. Porque a diaconia afirma que é compromisso da pessoa ser misericordiosa e viver de uma forma diferente da que opera o sistema vigente a oprimir e obter lucros a um custo social inaceitável perante Deus. Da mesma forma a economia precisa acontecer na perspectiva que ninguém fique sem as necessidades básicas garantidas, e que todos os trabalhos têm sua mesma importância, logo todo o trabalho deve conferir os mesmos direitos e valores no comércio. Assim a diaconia compreende a economia solidária que proporciona a justa partilha entre as pessoas, aliando-se à ideia de que nenhum ser humano pode ser considerado inferior ao mercado (Van Zeeland (2014, p. 51)

O autor aponta ainda a existência de uma teologia feminina, que, segundo ele, “[...] defende o compromisso com a igualdade de direitos, com o respeito, com a justiça e a erradicação da discriminação, da dominação, da violência e da opressão” (VAN ZEELAND, 2014, p. 65).

Todos os textos apontam para a Economia Solidária como saída para a crise do capitalismo. Não somente de forma direta, mas também pelos próprios valores religiosos invocados pelos documentos. Toda teologia produzida pelo movimento do Cristianismo da Libertação aponta para uma ética da solidariedade. O documento do Conic (2009), por exemplo, afirma que as comunidades cristãs existem para servir, apontando como um dos caminhos para isso o estímulo a iniciativas de fomento à Economia Solidária.

Já o documento da Campanha da Fraternidade (CONIC; FBES, 2010) assevera que o caminho para uma Economia Solidária passa por um processo de educação que atue na formação de valores coletivos e de cooperação. Defende, sob esse viés, que a educação deve buscar construir uma sociedade em que o ser humano seja o centro da vida:

Nestas experiências somos convidados/as a questionar e construir uma nova sociedade, em que o ser humano seja o centro da vida, onde a educação aconteça de forma contextualizada, emancipatória, engajada e cooperada. Que leve em consideração as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos, bem como o compromisso com o hoje e com as gerações futuras, onde se aprende o sentido da dimensão humana. Sendo assim, o conhecimento não é mercadoria, mas um bem precioso de toda a humanidade e que deve ser colocado a serviço da vida, e a tecnologia serve para encurtar distância, melhorar as relações e a qualidade de vida (CONIC; FBES, 2010, p. 30).

Van Zeeland (2014), no material produzido pela FLD, utiliza uma citação direta de Singer (2000) sobre a práxis econômica da Economia Solidária, em um artigo em que há relatos de projetos de economia solidária financiados pela instituição. Segundo o texto, essas experiências “[...] recuperam o papel central do trabalho, em vez do capital, e focam na melhoria das condições de vida dos membros e suas famílias” (VAN ZEELAND, 2014, p. 7).

As críticas ao modelo tradicional de educação e a defesa de uma educação que ensine a solidariedade, como vimos no capítulo anterior, também fazem parte das preocupações de Paul Singer. Segundo o autor, faz-se necessário construir uma racionalidade oposta à racionalidade moderna capitalista. Na defesa de Singer (2002), a possibilidade de construção de uma economia que seja justa e solidária requer a criação de um ambiente social em que as decisões dos indivíduos não sejam apenas guiadas pela lógica do lucro mas também carregadas de valores.

Nas palavras do economista:

É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros mas serão formas *racionais* de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros (SINGER, 2002, p. 116, grifos do autor).

Para usar Max Weber na análise das afinidades eletivas, apontamos que a defesa de que as ações econômicas dos indivíduos não devem ser guiadas apenas por uma ação racional relativa a seus fins mas também em função dos valores que encerra está presente em diversas passagens dos documentos analisados. Abaixo, organizamos um quadro apontando esses elementos.

Quadro 2 – Afinidades eletivas a Campanha da Fraternidade de 2010 e a obra de Paul Singer (continua)

Campanha da Fraternidade	Paul Singer
Críticas ao capitalismo	
A promessa do futuro foi realizada em alguns países e para apenas uma parte das pessoas. Os indicadores econômicos e sociais marcam as fronteiras da pobreza e da riqueza entre continentes, países e suas populações. Trata-se de um modelo de desenvolvimento que tem por base o aumento constante da rentabilidade econômica e da competitividade nos mercados, desprezando os aspectos sociais e ambientais, o que faz prevalecer na sociedade as práticas de competição, dominação, corrupção, acumulação, individualismo, fragmentação, exploração, submissão, etc. (CAMPANHA, DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2010, p. 12).	A desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002, p. 10).

Campanha da Fraternidade	Paul Singer
Crítica à ação econômica em relação a seus fins	
Precisamos pensar outra concepção de desenvolvimento, centrado na satisfação dessas necessidades. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia. Desenvolvimento não é sinônimo de produtivíssimo-consumismo. Desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem. (VAN ZEELAND, 2014, p. 67).	Neste sentido, trata-se de uma utopia em construção, um alvo unificador de inúmeras lutas que poderíamos chamar de libertadoras ou emancipadoras. O socialismo pode ser resumido como uma sociedade em que reinam plena igualdade e liberdade para todos os seus membros. (SINGER, 2018, p. 111).

**Quadro 2 – Afinidades eletivas a Campanha da Fraternidade
de 2010 e a obra de Paul Singer (continua)**

Críticas ao modelo de educação	
<p>Nestas experiências somos convidados/as a questionar e construir uma nova sociedade, em que o ser humano seja o centro da vida, onde a educação aconteça de forma contextualizada, emancipatória, engajada e cooperada. Que leve em consideração as diversidades de gênero, etnia, raça e geração e promova os direitos humanos, bem como o compromisso com o hoje e com as gerações futuras, onde se aprende o sentido da dimensão humana. Sendo assim, o conhecimento não é mercadoria, mas um bem precioso de toda a humanidade e que deve ser colocado a serviço da vida, e a tecnologia serve para encurtar distância, melhorar as relações e a qualidade de vida (CONIC; FBES, 2010, p. 30).</p>	<p>É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. (SINGER, 2002, p. 116).</p>
Socialismo democrático	
<p>O objetivo não é o acúmulo de bens (Mateus 6,19-21), mas a partilha igualitária para todas as pessoas. Da mesma forma que algumas pessoas tiveram mais oportunidades de acesso a recursos, estas precisam assumir para si a responsabilidade da solidariedade de partilhar com as outras pessoas. Porque a diaconia afirma que é compromisso da pessoa ser misericordiosa e viver de uma forma diferente da que opera o sistema vigente, a oprimir e obter lucros a um custo social inaceitável perante Deus. Da mesma forma, a economia precisa acontecer na perspectiva que ninguém fique sem as necessidades básicas garantidas, e que todos os trabalhos têm sua mesma importância, logo todo o trabalho deve conferir os mesmos direitos e valores no comércio. Assim, a diaconia compreende a economia solidária que proporciona a justa partilha entre as pessoas, aliando-se à ideia de que nenhum ser humano pode ser considerado inferior ao mercado (VAN ZEELAND, 2014, p. 51).</p>	<p>Este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. A alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor (SINGER, 2018, p. 45).</p>

Fonte: elaborado pelo autor.

Fica claro que há uma série de elementos materiais e culturais que nos autorizam a afirmar a existência de afinidades eletivas entre a Ética da Libertação e as experiências de Economia Solidária no Brasil. Como lembra Löwi (2014), afinidade eletiva é o processo pelo qual duas culturas possuem convergências e/ou afinidade recíprocas. Essa união de elementos pode ou não gerar casualidade para uma nova forma social. Segundo autor, “a transformação dessa potência em ato, sua dinamização, depende de condições históricas e sociais concretas” (LÖWI, 2014, p. 72). Essa é a relação entre Economia Solidária e Ética da Libertação.

Considerações Finais

O próprio Singer (2018) aponta uma série de afinidades entre essas duas esferas, seja do ponto de vista de valores, seja na relação material ou ainda nas suas utopias e esperanças. Na obra do economista, fica claro que o horizonte é a construção de uma sociedade em que exista a radicalização da democracia, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico.

Nas palavras do autor:

Neste sentido, trata-se de uma utopia em construção, um alvo unificador de inúmeras lutas que poderíamos chamar de libertadoras ou emancipadoras. O socialismo pode ser resumido como uma sociedade em que reinam plena igualdade e liberdade para todos os seus membros (SINGER, 2018, p. 111).

Uma utopia que ainda não se realizou, mas, como a própria obra do autor demonstra, já incorporou ao capitalismo várias demandas criadas pelos trabalhadores. Já a Teologia da Libertação compreende que, para alterar a realidade dos pobres e oprimidos, é preciso modificar o conceito de caridade, encarado agora como parte do modelo de desenvolvimento capitalista. Em vez de entregar apenas a caridade aos mais pobres, a Teologia da Libertação propõe a condenação da idolatria ao mercado, da ganância e do egoísmo. Sob esse viés, seria um processo de racionalização e secularização da caridade.

Essas características são perceptíveis na Campanha da Fraternidade 2010. A escolha da temática da Economia Solidária e as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista deixam claro a concepção de solidariedade assumida pelas igrejas proponentes. Na Campanha, o dinheiro é pontado como um deus: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24).

A Campanha não somente informa a sociedade brasileira da possibilidade de uma outra economia mas também admoesta os fiéis sobre

os preceitos éticos e normativos na ação cotidiana do indivíduo. Defende a necessidade de desenvolver um modelo econômico que recupere o papel central do trabalho, e não do capital, bem como produza melhoria nas condições de vida das pessoas.

É flagrante a afinidade eletiva entre a Ética da Libertação, a Campanha da Fraternidade 2010 e os ensinamentos de Paul Singer. A Ética da Libertação é carregada de esperança, busca realizar no cotidiano a justiça, a igualdade e a solidariedade, característica presente na obra de Paul Singer. Porém, este mundo de justiça e igualdade ainda não se efetivou, realidade que não nos autoriza a desacreditar no fato de que uma outra economia possa estar sendo gerada, como ensinava Singer, *nos poros do capitalismo*.

Referências

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. (Edição Ecumênica).

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010**: texto-base. Brasília: CNBB, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária**: outra economia a serviço da vida acontece. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbcs.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. **Diaconia em contexto**: transformação, reconciliação, empoderamento. Porto Alegre: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 2012. Disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/diaconia-em-contexto-transformacao-reconciliacao-empoderamento>. Acesso em: 20 mar. 2020.

HAUSER, Philip Morris. **Manual de pesquisa social nas zonas urbanas**. São Paulo: Pioneira, 1978.

LÖWY, Michael. **A Jaula de Aço**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael. Sobre o conceito de afinidades eletivas. In: LÖWY, Michael. **Redenção e utopia**: o judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Perspectiva, 2020.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SCHIOCHET, Valmor. Paul Singer: Memórias de uma experiência aprendente. In: **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 5, p. 53-60, 2018. DOI: 10.21721/p2p.2018v5n0.p53-60. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/4475>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. A Secularização como sociologia do moderno: Max Weber, a religião e o Brasil no contexto-moderno global. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 11-46, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/198>. Acesso em: 20 mar. 2022.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

VAN ZEELAND, Angélique Johanna Willemien Maria. **Economia solidária e desenvolvimento transformador**: diaconia por mudanças significativas e duradouras. São Leopoldo: Oikos, 2014.

Submetido em: 26-1-2023

Aceito em: 8-3-2023